CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 3257/80

INTERESSADA: MARIA JOSÉ LOPES DE SOUZA.

ASSUNTO : SOLICITA PROMOÇÃO

RELATOR : CONS^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

PARECER CEE : 1735/81 - CESG - APROVADO EM 21/10/81

JOÃO LOPES DE SOUZA, "inconformado com a retenção de sua filha, MARIA JOSÉ LOPES DE SOUZA, na 3ª série da Habilitação Técnico em Processamento de Dados, na Escola de 1º e 2º Graus do Instituto Americano de Lins", dirige-se a este Conselho solicitando seja feito "um estudo bastante minucioso para o caso em tela, a fim de que sua filha não fique prejudicada, atrasando-a em um ano nos seus estudos."

O pedido data de 15.12.80 e informa o seguinte;

" - Maria José de Souza, conforme atestado médico anexo, (doc.1) foi submetida a cirurgia no Hospital A. Gelis, ficando internada naquele nosocômio, no período de 14.09.80 a 14.10.80, e para aluciar o caso, juntou ainda os documentos 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08,09 e doc. 10.

- O requerente informa ainda que entrou com atestado médico na Escola em época oportuna, que sua filha assistiu às aulas de recuperação e foi retida por duas vezes pelo Conselho de Classe, tendo em vista que a mesma havia ultrapassado o limite das faltas em 4 (quatro) disciplinas e não havia conseguido, na avaliação de aproveitamento, 80%, tendo sido portanto reprovada."

Foram juntados:

1. Atestado do Hospital A. Gelis, datado de 02.12.80, comprovando internamento no período de 14.08 a 14.10.80.
2. Atestado do Dr. Wilson Lemos Rezende, da mesma data, informando que a interessada esteve sob seus cuidados médicos no 1º e 2º semestre de 1980;
3. Ordem, de 17.10.80, de "alguma autoridade", do Instituto America-

PROCESSO CEE: 3257/80 PARECER CEE: 1735/81 fls.02

no, para que Maria José, "até 2ª ordem", entre pela porta da Secretaria;

4. Cópias de receitas, exames médicos, bem como comprovantes de pagamento de cirurgia e internação.

Como o protocolado deu entrada diretamente neste Colegiado, foi remetido à escola e à Secretaria de Estado da Educação para os necessários esclarecimentos.

Manifestaram-se: a direção da escola (fls.13 a 16); supervisor de ensino da unidade (fls.20) que juntou cópia da ficha escolar de aluna referente a 1980, cópia de "único" atestado médico encontrado no prontuário da aluna, cópia da ata do Conselho de Classe; o Assistente Técnico da DRE de Bauru e ainda o Coordenador da CEI, retornando o expediente a este Conselho, através do Gabinete do Senhor Secretário, no final do mês de agosto.

2. APRECIÇÃO:

A aluna concluiu, em 1973, o 2º grau - Habilitação Parcial Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações, na EEPSP "Dr. Waldemaro Silveira", de Cafelândia, matriculando-se, em 1980, no Instituto Americano de Lins, na 2ª série da Habilitação Técnico em Processamento de Dados, com dispensa das disciplinas já cursadas e adaptação das matérias profissionalizantes correspondentes à 1ª série.

Foi promovida para a 3ª série, em 1981, tendo obtido no final do ano, os seguintes resultados, conforme consta em sua ficha escolar (fls.21 e 35):

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>CONCEITOS</u>	<u>% DE FREQ.</u>
Inglês	R	62,5
Programa de Saúde	R	65,2
Estatística	B	55,2
Processamento de Dados	I	78,9
Organização de Empresas	R	55,5
Estágio Profissional	I	78,6

Conforme informação do Sr. Supervisor de Ensino e da direção da escola, a aluna foi submetida a processos de recuperação em todas as disciplinas, tendo alcançado melhoria de aproveitamento em Inglês, Programas de Saúde e Estatística, e alcançado, nessas disciplinas, condições de promoção nos termos da alínea c do Art. 14 da Lei 5692/71 e Deliberação CEE 16/73.

PROCESSO CEE: 3257/80

PARECES CEE: 1 7 3 5 / 8 1 fls.03

Ficou reprovada em Processamento de Dados e Estágio Profissional, por rendimento insuficiente e em Organização de Empresas por não obter o mínimo de frequência (60%) necessário para que pudesse ser submetida a estudos de recuperação, nos termos do Regimento Escolar.

Entendemos assim que o problema da aluna não foi apenas o da falta de assiduidade, mas o baixo rendimento, obviamente conseqüência das inúmeras faltas. Houvesse alcançado avaliação, pelo menos regular (R) em Processamento de Dados e Estágio Profissional, ou pelo menos numa delas, poderia ser beneficiada com a "dependência" em Organização de Empresas e não ter que repetir toda a série.

Da forma como ocorreu, não vemos que alguma coisa possa ser feita em seu benefício.

Em várias outras oportunidades, temos manifestado nossa preocupação com a falta de instruções para o cumprimento do Decreto Lei Federal 1045/69, que talvez pudesse ter beneficiado a interessada.

O pai da aluna só entregou à escola o atestado médico que informava da impossibilidade "de exercer suas atividades habituais no período de 14.08 a 14.10 no dia 04.09, e assim mesmo, não revestido de todas as formalidades legais fixadas pelo citado instrumrnto legal. Por outro lado, a escola não orientou a aluna nesse sentido, não tendo ocorrido sequer a solicitação do benefício. Assim, a aluna faltando todo o 3º bimestre, sem o benefício do acompanhamento domiciliar previsto pelo Decreto Lei 1044/69, teve nesse bimestre aproveitamento insuficiente em todas as disciplinas, o que de fato, acarretou a sua impossibilidade de recuperação no último bimestre. É de se indagar, por outro lado também, se o citado Decreto teria aplicação no caso do Estágio Profissional, atividade que obviamente exige a presença do aluno.

De qualquer forma, o benefício não foi solicitado e considerado o teor do Decreto, não há como corrigir, a posteriori, a ausência de sua aplicação.

Nestes termos, entendemos que, por ter sido reprovada em 3 disciplinas, a aluna está reprovada na série.

Chamamos a atenção da Supervisão da Escola para os seguintes aspectos que observamos no c a s o , considerados os registros escolares da aluna:

1. A matrícula em nova habilitação, de concluinte de curso de 2º grau, com dispensa de disciplinas, não supõe a possibilidade do aluno ser dispensado de frequência das matérias constantes nas séries anteriores àquela em que se dá a matrícula.

2. A adaptação através de trabalhos, mesmo com acompanhamento do professor, não pode ser adotada para esses casos, ainda mais se, como é o caso, de mínimos profissionalizantes.

Ainda é preciso lembrar, que mesmo a frequência simultânea de componentes curriculares que se distribuem em mais / de uma série (como é Contabilidade, no presente caso) depende da consideração sobre se o conteúdo da 1ª série e ou não pré-requisito para a 2ª (Del. CEE 27/78 e Indicação 10/78).

3 - C O N C L U S Ã O

1. A aluna MARIA JOSÉ LOPES DE SOUZA, da Habilitação Técnico em Processamento de Dados, do Instituto Americano de Lins deve repetir a 3ª série da habilitação, por ter sido retida, em 1980, em três componentes curriculares.

2. A supervisão deverá orientar a escola para o cumprimento adequado da Deliberação CEE 27/78, no caso de matrícula em nova habilitação de 2º grau, de alunos portadores de certificados de conclusão desse grau de ensino.

CESG, em 18 de setembro de 1981.

a) CONSª MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
RELATORA

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, José Maria Sestílio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto/Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

a) CONSº PE. LIONEL CORBEIL
no exercício da Presidência

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de outubro de 1981.

a) CONS^o MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente